



Número: **0603642-10.2022.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dra. Flavia da Costa Viana**

Última distribuição : **24/09/2022**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Cargo - Deputado Estadual - ELEIÇÃO 2022 - SAMUEL PEREIRA DA SILVA - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
<b>SAMUEL PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)</b>	
	<b>VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO (ADVOGADO)</b>
<b>ELEICAO 2022 SAMUEL PEREIRA DA SILVA DEPUTADO ESTADUAL (INTERESSADO)</b>	
	<b>VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO (ADVOGADO)</b>

Outros participantes	
<b>Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)</b>	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43474818	05/12/2022 17:31	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 61.600

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 0603642-10.2022.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator:** FLAVIA DA COSTA VIANA

**INTERESSADO:** ELEICAO 2022 SAMUEL PEREIRA DA SILVA DEPUTADO ESTADUAL

**ADVOGADO:** VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO - OAB/PR34199-A

**REQUERENTE:** SAMUEL PEREIRA DA SILVA

**ADVOGADO:** VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO - OAB/PR34199-A

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA - ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ATRASO NO ENVIO DE RELATÓRIO FINANCEIRO QUE REPRESENTA 20,22% DO TOTAL DE RECURSOS MOVIMENTADOS. ATRASO DE APENAS 24 HORAS. DOAÇÕES RECEBIDAS ANTES DA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADAS À ÉPOCA, QUE REPRESENTAM 1,53% DO TOTAL DE RECURSOS MOVIMENTADOS. OMISSÕES DE DESPESAS. IRREGULARIDADES NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FEFC. IRREGULARIDADES QUE NÃO COMPROMETERAM A ANÁLISE E TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS. RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. A apresentação intempestiva dos relatórios financeiros ou suas inconsistências pode causar prejuízos à correta fiscalização concomitante e à confiabilidade das contas, bem como constituir óbice ao acompanhamento da movimentação financeira pelos eleitores.
2. O atraso de apenas 24 horas na entrega dos relatórios financeiros em relação a doações recebidas não comprometeu a transparência das contas.
3. A existência de doações eleitorais recebidas em data anterior à entrega das prestações de contas parcial, não informadas à época, mas que correspondam a valor inexpressivo no contexto da campanha, não compromete a fiscalização concomitante, sendo suficiente a aposição de ressalvas.
4. A omissão de despesas, identificadas mediante procedimentos de circularização de dados da Justiça Eleitoral, é irregularidade grave, pois pressupõe indício de trânsito de recursos fora da conta bancária de campanha, afetando a confiabilidade e transparência das contas apresentadas (art. 53, I, g, da Resolução TSE nº 23.607/2019).



5. A existência de despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC sem a devida comprovação enseja a devolução dos valores ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 79, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

6. Contas aprovadas com ressalvas.

## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto da Relatora.

Curitiba, 02/12/2022

RELATOR(A) FLAVIA DA COSTA VIANA

## RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas apresentada por **SAMUEL PEREIRA DA SILVA**, filiado ao PROS, candidato eleito ao cargo de Deputado Estadual nas eleições de 2022.

O candidato obteve 26.322 votos na eleição.

Os recursos utilizados na campanha totalizaram R\$ 247.270,06, sendo R\$ 55.000,00 referentes a doações de recursos financeiros (R\$ 5.000,00 de pessoas físicas e R\$ 50.000,00 de outros candidatos, oriundos do FEFC) e R\$ 192.270,06 referentes a doações estimáveis em dinheiro (R\$ 3.796,00 de pessoas físicas, R\$ 183.474,06 de outros candidatos, oriundos do FEFC e R\$ 5.000,00 de outros candidatos, oriundos de outros recursos). Não houve o repasse de recursos do Fundo Partidário (ID 43403725).

A Seção de Contas Eleitorais apresentou parecer conclusivo, manifestando-se pela desaprovação das contas, diante das seguintes irregularidades: **i)** intempestividade na entrega dos relatórios financeiros; **ii)** omissões relativas às despesas constantes da prestação de contas em exame e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral; **iii)** inconsistências nas despesas pagas com recursos do FEFC; e **iv)** doações recebidas em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informadas à época.

Devidamente intimado (ID 43406267), o prestador apresentou manifestação, asseverando que (ID 43428165): **i)** o relatório foi entregue com atraso ínfimo, não havendo comprometimento na análise das contas; **ii)** acerca da omissão de despesas, informa que dois gastos (R\$ 2.003,36 e 2.099,21) com impulsionamento eleitoral, foram vinculados ao CPF do candidato e pagos pela conta pessoa física com recursos repassados da conta de campanha; **iii)** as sobras, no valor de R\$ 6.134,74, referem-se a créditos adquiridos previamente para posterior utilização junto ao Facebook; e **iv)** houve o recebimento de recursos estimáveis em dinheiro não informados na



prestação de contas parcial, mas informados na prestação de contas final. Ao final, requer a aprovação das contas, ainda que com ressalvas.

A Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pela desaprovação das contas (ID 43439913).

É o relatório.

## FUNDAMENTAÇÃO

1. O modelo democrático de representatividade adotado no Brasil somente é possível por meio da atuação dos partidos políticos e seus respectivos candidatos. Diante de tal prerrogativa, a Constituição trouxe como preceito de funcionamento partidário a obrigação de prestar contas à Justiça Eleitoral, conforme expressa disposição do seu artigo 17, inciso III. Agremiações e candidatos, ao exercerem suas incumbências na arena sociopolítica, devem consolidar os pressupostos de uma representação efetiva, o que somente se mostra possível se a base financeira que viabiliza suas atividades no período de campanha for pautada na transparência, igualdade de oportunidades, moralidade e legalidade.

A prestação de contas à Justiça Eleitoral não se trata, assim, de mera formalidade ou de uma obrigação derivada de arrecadação e uso de recursos públicos (ainda que o uso destes reforce ainda mais a necessidade fiscalizatória).

A prestação de contas deriva, portanto, da própria lógica da representatividade e da consequente legitimidade e normalidade do pleito, as quais devem ser protegidas da influência do poder econômico, devidamente salvaguardas na Carta Constitucional, em seu artigo 14, parágrafo 9º.

Partidos e candidatos que não observarem o regramento específico sobre arrecadações e dispêndios incorrem no risco de perverter a livre e justa concorrência na campanha, corrompendo a formulação de opinião e exercício de vontade do eleitor, tornando o cenário das campanhas em uma disputa de forças econômicas e não de ideias e propostas. O suporte financeiro do período eleitoral não deve ser um fator de preponderância, mas sim um instrumento posto a favor da democracia. Nesse intuito que a competência da Justiça Eleitoral na análise das prestações de conta visa, a um só tempo, dar efetividade aos dispositivos constitucionais e legais de regência, pautados na *accountability*, quanto reafirmar a legitimidade das disputas.

As prestações de contas são, por conseguinte, uma obrigação imposta a todos os candidatos e partidos que participaram da disputa eleitoral a apresentação de suas contas de campanha à Justiça Eleitoral, por expressa previsão no art. 28 da Lei nº9.504/97, que assim dispõe:

*Art. 28. A prestação de contas será feita:*

*I – no caso dos candidatos às eleições majoritárias, na forma disciplinada pela Justiça Eleitoral;*



*II – no caso dos candidatos às eleições proporcionais, de acordo com os modelos constantes do anexo desta lei.*

*§ 1º As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas pelo próprio candidato, devendo ser acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha e da relação dos cheques recebidos, com a indicação dos respectivos números, valores e emitentes.*

*§ 2º As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo próprio candidato.*

*(...)*

Tal dever apresenta ainda maior relevância no atual contexto, no qual as candidaturas são financiadas com expressivos somatórios de recursos públicos, provenientes tanto do Fundo Partidário - FP como do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, o que demanda um controle ainda mais rígido das movimentações de recursos havidas nas campanhas.

A partir dessas balizas é que se passa a analisar a presente Prestação de Contas, considerando, sobretudo, todos os princípios constitucionais aplicáveis à matéria.

**2.** A Seção de Contas Eleitorais manifestou-se pela desaprovação das contas apresentadas, diante das irregularidades que passo a analisar:

**a. Intempestividade na entrega dos relatórios financeiros e doações recebidas antes da entrega da prestação de contas parcial:**

Na hipótese, constou no parecer técnico conclusivo informação sobre o descumprimento do prazo para entrega dos relatórios financeiros, bem como sobre o recebimento de doações em data anterior à data inicial da entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época, em afronta ao contido no artigo 28, § 4º, I e II da Lei nº 9.504/1997, reproduzida no artigo 47 da Resolução TSE nº 23.607/2019:

*Lei das Eleições*

*Art. 28. A prestação de contas será feita:*

*(...)*

*§ 4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a divulgar em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na rede mundial de computadores (internet):*

*I - os recursos em dinheiro recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas de seu recebimento;*



*II - no dia 15 de setembro, relatório discriminando as transferências do Fundo Partidário, os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.*

*Resolução TSE 23.607/2019*

*Art. 47. Os partidos políticos e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a enviar por meio do SPCE à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º):*

*§ 1º A prestação de contas parcial de que trata o inciso II do caput deve ser feita em meio eletrônico, por intermédio do SPCE, com a discriminação dos recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro para financiamento da campanha eleitoral, contendo, cumulativamente:*

*I - a indicação dos nomes, do CPF das pessoas físicas doadoras ou do CNPJ dos partidos políticos ou dos candidatos doadores;*

*II - a especificação dos respectivos valores doados;*

*III - a identificação dos gastos realizados, com detalhamento dos fornecedores;*

*IV - a indicação do advogado.*

*§ 2º Os relatórios de campanha de que trata o inciso I do caput serão informados à Justiça Eleitoral, por meio do SPCE, em até 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da data de recebimento da doação, considerando-se data de recebimento a de efetivo crédito nas contas bancárias de campanha, sempre que a arrecadação for realizada por cartão de crédito ou mecanismo de financiamento coletivo.*

*§ 3º O relatório financeiro de campanha será disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral na sua página na internet em até 48 (quarenta e oito) horas, ocasião em que poderão ser divulgados também os gastos eleitorais declarados, bem como as doações estimáveis em dinheiro.*

*§ 4º A prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE, pela internet, entre os dias 9 a 13 de setembro do ano eleitoral, dela constando o registro da movimentação financeira e/ou estimável em dinheiro ocorrida desde o início da campanha até o dia 8 de setembro do mesmo ano. (Vide, para as Eleições de 2020, art. 7º, inciso V, da Resolução nº 23.624/2020)*

*(...)*

*§ 6º A não apresentação tempestiva da prestação de contas parcial ou a sua entrega de forma que não corresponda à efetiva movimentação de recursos caracteriza infração grave, salvo justificativa acolhida pela justiça eleitoral, a ser apurada na oportunidade do julgamento da prestação de contas final.*

*§ 7º A ausência de informações sobre o recebimento de recursos financeiros de que trata o inciso I do caput deve ser examinada de acordo com a quantidade e os valores envolvidos na oportunidade do julgamento da prestação de contas, podendo*



*levar à sua desaprovação.*

Sobre o tema, verifica-se recente jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que a apresentação intempestiva dos relatórios financeiros ou suas inconsistências, relativas a omissões de despesas ou receitas, pode acarretar prejuízos à correta fiscalização concomitante e à confiabilidade das contas, bem como constituir óbice ao acompanhamento da movimentação financeira pelos eleitores. Vejamos:

**ELEIÇÕES 2020. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CARGO DE VEREADOR. CONTAS DESAPROVADAS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 275 DO CE. SUPOSTAS OMISSÕES. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO. IRREGULARIDADES. **DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE 72 HORAS PARA ENCAMINHAMENTO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. IRREGULARIDADE GRAVE. PREJUÍZO À TRANSPARÊNCIA, À LISURA E À FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS. DECISÃO DA CORTE REGIONAL EM CONFORMIDADE COM A ATUAL JURISPRUDÊNCIA SOBRE O TEMA. ÓBICE DO ENUNCIADO SUMULAR Nº 30 DO TSE. AUSÊNCIA DE ENCAMINHAMENTO TEMPESTIVO DO RELATÓRIO DE GASTOS COM COMBUSTÍVEL. JUNTADA EXTEMPORÂNEA DE DOCUMENTOS. PRECLUSÃO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.****

1. Na hipótese, não há como acolher a tese recursal de violação ao art. 275 do CE, devido à ocorrência de omissão no aresto regional por não ter o Tribunal local analisado a extensão e o comprometimento do atraso na entrega dos relatórios financeiros, porque a referida irregularidade foi examinada à luz da jurisprudência mais recente desta Corte Superior acerca do tema e concluiu-se que acarretou mácula às contas e prejuízo à fiscalização da contabilidade.

2. A Corte regional consignou que foram juntados documentos extemporaneamente (após o parecer conclusivo e com a interposição do recurso eleitoral) no intuito de comprovar os gastos efetuados com combustível, porém tal documentação não foi considerada, ante a ocorrência da preclusão. Logo, ficou assentado, no aresto regional, que os relatórios com gastos com combustível não foram apresentados, não tendo sido analisados, por conseguinte, os valores com a referida despesa. Ausência de omissão e de violação ao art. 275 do CE.

3. A decisão da Corte regional se encontra em conformidade com a jurisprudência consolidada deste Tribunal, segundo a qual, em virtude da natureza jurisdicional do processo de prestação de contas, a ausência de juntada de documentos em momento oportuno atrai a preclusão. Precedentes.

**4. A conclusão do Tribunal a quo, que considerou o conjunto de irregularidades – quais sejam, o descumprimento do prazo estabelecido pela legislação eleitoral para a entrega dos dados relativos aos recursos financeiros recebidos para o financiamento da campanha (art. 47, I, da Res.–TSE nº 23.607/2019) e a ausência de relatório sobre volume e valor com gastos com combustível (art. 35, § 11, da mesma norma de regência) – e entendeu pela desaprovação das presentes contas, está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal para as eleições de 2020, de que tais falhas violam a transparência e a lisura da prestação de contas, bem como dificultam**



**o efetivo controle sobre a licitude da movimentação dos recursos de campanha.** Óbice do Enunciado Sumular nº 30 do TSE.

5. A orientação desta Corte é no sentido de que a aplicação desse enunciado não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento em dissídio jurisprudencial, mas que se aplica também àqueles interpostos por afronta à lei. Precedentes.

6. Agravo não conhecido.

(AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060025653, Acórdão, Relator(a) Min. Mauro Campbell Marques, Publicação: DJE Data 26/08/2022)

Tem-se, assim, que o atraso na entrega dos relatórios financeiros e a ausência de declaração de recebimento de doações na época apropriada podem caracterizar infração grave **se referentes a uma movimentação relevante da campanha e se ausente justificativa idônea para afastar a obrigação**, o que enseja a desaprovação das contas.

a.1. No caso sob análise, não foi observado o prazo estabelecido pela legislação no que diz respeito à entrega dos relatórios financeiros quanto às seguintes doações:

RECURSOS ARRECADADOS COM ENVIO INTENPESTIVO								
Nº CONTROLE	DATA DE RECEBIMENTO DA DOAÇÃO FINANCEIRA	DATA DE ENVIO	CNPJ / CPF	NOME	RECIBO ELEITORAL <sup>3</sup>	TIPO ENTREGA	* VALOR R\$	± %
90190070000 0PR2261513	09/09/2022	13/09/2022	47.517.595/0001-1 0	RAFAEL DANTAS	901900700000P R000002E	Parcial	50.000,00	90,9091

<sup>1</sup> Valor total das doações recebidas

<sup>2</sup> Representatividade das doações em relação ao valor

<sup>3</sup> Obrigatório na hipótese de doações estimáveis em dinheiro ou recebidas pela internet (à exceção do financiamento coletivo).

Contudo, em que pese a irregularidade representar 20,22% do total de recursos movimentados na campanha (R\$ 247.270,06), a alegação do prestador merece ser acolhida, tendo em vista que o atraso de **apenas 24 horas** não teve o condão de comprometer a transparência das contas, constituindo-se vício meramente formal.

Nesse sentido recente julgado desta Corte, que entendeu que:

*No particular, é imperioso observar que o atraso se refere a 10,5% dos recursos financeiros recebidos pelo candidato, bem como que o atraso foi de poucos dias havendo o envio da informação antes das eleições, o que reforça que a falha não comprometeu a lisura das contas e sua a análise.*

*Dessa forma, considerando as peculiaridades do caso ora em análise, na qual a transparência das contas não foi afetada, a irregularidade verificada constitui-se apenas em vício de natureza formal, suprido mediante a aposição de ressalva.*

*(TRE-PR, PC nº 3195-22, Relatora Des. Cláudia Cristina Cristofani, julgado em 27/11/2022)*

Portanto, suficiente a aposição de ressalvas.





a.2. Ainda, foi apontada no parecer conclusivo a existência das seguintes doações eleitorais recebidas em data anterior à data inicial da entrega da prestação de contas parcial:

DIVERGENCIAS ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL				
DATA	DOADOR	RECIBO ELEITORAL <sup>2</sup>	VALOR (R\$)	% <sup>1</sup>
16/08/2022	MATHEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA RIBEIRO	901900700000PR000005E	1.898,00	0,80
16/08/2022	ALLAN CHRISTIAN IVANSKI	901900700000PR000004E	1.898,00	0,80

<sup>1</sup> Representatividade da doação  
<sup>2</sup> Obrigatório na hipótese de doações estimáveis em dinheiro ou recebidas pela internet (à exceção do financiamento coletivo).

Neste ponto, em razão do valor inexpressivo das transações informadas intempestivamente - R\$ 3.796,00, que equivale a 1,53% do total de recursos movimentados na campanha (R\$ 247.270,06) -, a oposição de ressalvas seria suficiente, contudo a irregularidade deverá ser analisada em conjunto com as demais.

3. Omissões relativas às despesas constantes da prestação de contas em exame e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral e inconsistências nas despesas pagas com recursos do FEFC:

Constou do parecer conclusivo a existência de omissão de despesas, tendo em vista a identificação de divergências entre as despesas apontadas na prestação de contas e aquelas constantes na base de dados da Justiça Eleitoral, obtida mediante circularização e/ou informações voluntárias de campanha e/ou confronto com notas fiscais eletrônicas de gastos eleitorais, infringindo o que dispõe o artigo 53, I, "g" da Resolução TSE nº 23.607/2019, que tem a seguinte redação:

*Art. 53. Ressalvado o disposto no art. 62 desta Resolução, a prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deve ser composta:*

*I – pelas seguintes informações:*

*[...]*

*g) receitas e despesas especificadas;*

*[...]*

Foram indicadas pelo Setor as seguintes omissões de gastos com o Facebook Serviços Online do Brasil, como se vê (ID 43403725):

*Devidamente intimado acerca da omissão anotada, o prestador apresentou manifestação (ID 43393679) asseverando que “efetuiu o total de gastos com impulsionamento junto ao Facebook, no montante de R\$ 34.102,57 (trinta e quatro mil cento e dois reais e cinquenta e sete centavos), conforme consta na prestação de contas entregues para a justiça eleitoral. Seguem anexas, as notas fiscais 49128058; 50615516 e 51608148 as quais totalizam R\$ 23.865,26 (doc 2).*



*Entretanto, existiram dois outros gastos, sendo o primeiro no valor de R\$ 2.003,36 (dois mil e três reais e trinta e seis centavos) e o segundo no valor de R\$ 2.099,21 (dois mil e noventa e nove reais e vinte e um centavos), os quais constam na prestação de contas, e são referentes aos gastos de impulsionamento de campanha eleitoral do candidato. Ocorre que, diante da dificuldade encontrada para rotular a conta no CNPJ de campanha do candidato, os gastos foram realizados pelo CPF do candidato, e foi incluído na prestação de contas com o intuito de dar total transparência às contas eleitorais, uma vez que se referem ao período eleitoral e pagas pela conta pessoa física do candidato, com recursos repassados da conta de campanha do candidato, o que comprova que, os serviços utilizados foram devidamente pagos pela conta de campanha do candidato (doc. 05). Segue anexo relatório do valor pago e o respectivo relatório de utilização conforme solicitado pelo parecer preliminar (doc 3). Para complementar as informações segue, ainda, o relatório com as sobras de créditos adquiridos e não utilizados no montante de R\$ 6.134,74 (seis mil cento e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos) conforme solicitado pelo parecer preliminar (doc 4). As sobras se justificam pela aquisição antecipada de créditos para posterior utilização dos mesmos”*

Entretanto, ao analisar a manifestação do prestador e a documentação apresentada, o setor técnico asseverou que houve a realização de gastos com impulsionamento no montante de R\$ 34.102,57, sendo R\$ 30.602,57 pagos com recursos oriundos do FEFC e R\$ 3.500,00 com recursos advindos da fonte “outros recursos”. Apontou ainda que, com base nos documentos fiscais juntados no PJE e nos dados disponibilizados no sistema Fiscaliza-JE, disponível no SPCE-Web, constatou-se o pagamento de despesas de impulsionamento no Facebook no valor total de R\$ 23.865,26, verificando-se uma diferença de R\$ 10.237,31 de créditos adquiridos e não utilizados pelo prestador:



TIPO DESPESA	CPF / CNPJ FORNECEDOR	NOME DO FORNECEDOR	NUMERO REGISTRO	DATA PAGAMENTO	VALOR PAGO	ORIGEM RECURSO
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50490974	13/09/2022	5.000,00	Fundo Especial
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50490975	15/09/2022	3.000,00	Fundo Especial
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50490972	19/09/2022	5.000,00	Fundo Especial
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50493366	23/09/2022	5.500,00	Fundo Especial
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50493373	26/09/2022	8.000,00	Fundo Especial
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	25021356000132	DLOCAL BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.	50493372	24/08/2022	1.000,00	Outros Recursos
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	25021356000132	DLOCAL BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.	50490971	26/08/2022	1.000,00	Outros Recursos
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50490983	09/09/2022	1.000,00	Outros Recursos
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50493368	09/09/2022	500,00	Outros Recursos
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50493367	04/10/2022	2.099,21	Fundo Especial
Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	13347016000117	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	50490973	23/09/2022	2.003,36	Fundo Especial
TOTAL					34.102,57	

Dessa forma, restou sem comprovação o montante de R\$ 10.237,31, dos quais R\$ 4.102,57 teriam sido pagos à plataforma Meta com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, nos valores de R\$ 2.003,36 e R\$ 2.099,21, com cartão de crédito da pessoa física do candidato, sem a localização da fatura e do comprovante de pagamento:

DATA	CPF / CNPJ	FORNECEDOR	TIPO DE DESPESA	TIPO DE DOCUMENTO	Nº DOC FISCAL	VALOR TOTAL DA DESPESA	VALOR PAGO COM FEFC	INCONSISTÊNCIA
01/10/2022	13.347.016 /0001-17	FACEBOOK SERVICOS ONLINE	Despesa com Impulsioneamento de	Fatura	01102022	2.099,21	2.099,21	Fatura e comprovante de
		DO BRASIL LTDA	Conteúdos					pagamento não localizados
23/09/2022	13.347.016 /0001-17	FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA	Despesa com Impulsioneamento de Conteúdos	Fatura	23092022	2.003,36	2.003,36	Fatura e comprovante de pagamento não localizados

A irregularidade afronta o disposto nos artigos 53, II, “c”, e 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, que instituem o seguinte:



*Art. 53. Ressalvado o disposto no art. 62 desta Resolução, a prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deve ser composta:*

*II – pelos seguintes documentos na forma prevista no §1º deste artigo:*

*c) documentos fiscais que comprovem a regularidade dos gastos eleitorais realizados com recursos do Fundo Partidário e com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), na forma do art. 60 desta resolução;*

*Art. 60. A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação do emitente e do destinatário ou dos contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.*

*§ 1º Além do documento fiscal idôneo, a que se refere o caput, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gastos, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como:*

*I - contrato;*

*II - comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço;*

*III - comprovante bancário de pagamento; ou*

*IV - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP).*

*§ 1º Além do documento fiscal idôneo a que se refere o caput, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gasto, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como:*

*§ 2º Quando dispensada a emissão de documento fiscal, na forma da legislação aplicável, a comprovação da despesa pode ser realizada por meio de recibo que contenha a data de emissão, a descrição e o valor da operação ou prestação, a identificação do destinatário e do emitente pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço e assinatura do prestador de serviços.*

Portanto, o pagamento de despesas efetuadas pela pessoa física do prestador de contas caracteriza omissão de circulação financeira nas contas da campanha, frustrando o controle de licitude e origem da fonte, porquanto os recursos do FEFC foram repassados da conta de campanha do candidato para a sua conta pessoa física, e a movimentação dos extratos bancários comprovam apenas o reembolso ao candidato prestador e não o devido pagamento das despesas.

Importante consignar que, havendo o apontamento de não comprovação dos gastos realizados com recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, deve ser determinada a devolução ao Tesouro Nacional, conforme prevê o artigo 79, § 1º, da Resolução



TSE nº 23.607/2019. Nesse sentido é o entendimento deste TRE/PR:

*PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. DEPUTADO ESTADUAL. FALTA DE ASSINATURA DO CANDIDATO E DO RESPONSÁVEL FINANCEIRO NO EXTRATO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. PREJUÍZO À ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA. FALTA*

*DE COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). DEVOLUÇÃO DO VALOR AO TESOURO NACIONAL. PERCENTUAL SIGNIFICANTE, CONSIDERADO O TOTAL DE GASTOS. IRREGULARIDADE GRAVE. DÍVIDA DE CAMPANHA NÃO QUITADA. AUSÊNCIA DE PROVA DE ASSUNÇÃO PELO PARTIDO POLÍTICO. DESAPROVAÇÃO.*

(...)

**4. A ausência de comprovação das despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) que representam 39,23% do total das receitas recebidas é irregularidade grave e impõe a devolução do valor ao Tesouro Nacional.**

(...)

*6. Contas desaprovadas com a determinação de devolução de valores ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 82, § 1º da Res.-TSE- 23.553/2017.*

*(Prestação de Contas nº 06031514220186160000, Relator: Dr. Roberto Ribas Tavnaro, DJE 16/12/2019)*

Assim, diante da não comprovação dos gastos realizados com recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha impõe-se a determinação de devolução do valor de R\$ 10.237,31 ao Tesouro Nacional, nos termos do aludido artigo 79, § 1º, da Resolução TSE 23.607/2019.

Aponta-se, por fim, que a irregularidade no valor de R\$ 10.237,31 representa 4,14% dos recursos financeiros da campanha (R\$ 247.270,06), o que autorizaria a aprovação com ressalvas das contas, em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

## DISPOSITIVO

Por todo o exposto, voto no sentido de julgar **APROVADAS COM RESSALVAS** as contas de **SAMUEL PEREIRA DA SILVA**, candidato eleito ao cargo de Deputado Estadual, pelo partido PROS, nas Eleições de 2022, nos termos do artigo 74, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, determinando o recolhimento de R\$ 10.237,31 ao Tesouro Nacional, nos termos do artigo 79, § 1º, da mesma Resolução.

**FLAVIA DA COSTA VIANA**



EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0603642-10.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ  
- RELATORA: DRA. FLAVIA DA COSTA VIANA - INTERESSADO: ELEIÇÃO 2022 SAMUEL PEREIRA DA SILVA DEPUTADO ESTADUAL - Advogada do(a) INTERESSADO: VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO - PR34199-A - REQUERENTE: SAMUEL PEREIRA DA SILVA - Advogada do(a) REQUERENTE: VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO - PR34199-A

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto da Relatora.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Flavia da Costa Viana, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Thiago Paiva dos Santos e José Rodrigo Sade. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Monica Dorotea Bora.

SESSÃO

DE 02.12.2022.

